



OGB L

**O MOMENTO
CERTO É
AGORA**

Documentação completa



OGBL Onafhängege Gewerkschaftsbond Lëtzebuerg

60 bd J.-F. Kennedy | L-4170 Esch-sur-Alzette

T. +352 2 6543 777

ogbl.lu f ogbl.lu t OGBL_Luxembourg



O momento para agir é agora

Desde o início da crise sanitária, a OGBL tem feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que esta não se transforme numa profunda crise social. Seja nas empresas ou em negociações com o Governo e o patronato, a OGBL não parou de intervir para defender os direitos e os interesses dos trabalhadores, de modo a que estes não se tornassem nos grandes derrotados desta crise.

A economia luxemburguesa foi severamente testada nos últimos 18 meses. A OGBL apoiou muitas das medidas necessárias decididas pelo Governo para ajudar empresas que de outra forma teriam tido grande dificuldade em se manterem à tona da água. Pode dizer-se hoje que o pior foi evitado, apesar de muitas empresas terem saído fragilizadas e algumas delas ainda continuem a sentir os efeitos da crise.

Mas são sem dúvida os trabalhadores e as suas famílias os que mais sofreram durante este período. As desigualdades sociais, que já cresciam insidiosamente no Luxemburgo antes da crise, aumentaram ainda mais, como era de esperar, com a crise sanitária. Chegou o momento de dar respostas políticas adequadas a este estado de coisas e inverter a tendência. O momento para agir é agora.

Mais poder de compra, melhores salários

O momento certo é agora...

- para reforçar o poder de compra dos trabalhadores e pensionistas, de modo a manter elevada a procura interna e a apoiar a retoma económica.
- para a adaptação das prestações familiares, que deve ir além da agora confirmada reindexação dos abonos de família – resultado da ação da OGBL, mas que não compensa a desvalorização sofrida pela desindexação das prestações familiares. A OGBL pede uma revalorização de 7,7%.
- para pôr fim a todas as discriminações contra os trabalhadores fronteiriços em termos de prestações familiares.
- para defender a indexação automática dos salários (index).
- para refletir melhor a perda real do poder de compra no index (despesas com a habitação e com o taxa CO₂).
- para aumentar o salário social mínimo (SSM), de modo a acabar com o fenómeno dos "trabalhadores pobres".
- para reformar a lei sobre as convenções coletivas de trabalho (CCT), por forma a que mais trabalhadores possam beneficiar das suas vantagens.

A segurança do emprego

O momento certo é agora...

- para estabelecer uma política coerente para a formação profissional contínua e torná-la num verdadeiro direito do trabalhador. Trata-se da melhor forma de garantir que a transformação digital e a transição ecológica não se acompanhem pela perda massiva de postos de trabalho.
- para reformar e reforçar o instrumento do plano de manutenção do emprego, a fim de agir preventivamente contra qualquer risco de despedimentos em massa.
- para reformar a legislação sobre os planos sociais através do reforço dos direitos de negociação dos sindicatos.
- para uma melhor proteção dos trabalhadores em caso de falência, especialmente quando as ajudas estatais às empresas no contexto da pandemia chegarem ao fim.
- para um melhor apoio em caso de desemprego, para que este se transforme num verdadeiro instrumento na luta contra a precariedade.

Uma política ativa em matéria de habitação acessível

O momento certo é agora...

- para uma mudança de rumo fundamental na política de habitação. Já ninguém nega o estado de urgência em matéria de habitação.
- para lutar ativamente contra a especulação dos preços dos terrenos através de medidas fiscais: reforma do imposto predial e introdução de um imposto de retenção nacional ("Spekulationssteuer").
- para garantir que os instrumentos fiscais atinjam realmente os especuladores e não o cidadão comum. A este respeito, a OGBL é favorável a uma tributação progressiva consoante o número e a

dimensão das propriedades e terrenos detidos, mas também que o domicílio do contribuinte seja fiscalmente libertado.

- para criar um verdadeiro travão à evolução dos preços das rendas, o que reflete a evolução dos preços dos terrenos, mas também a dos rendimentos.
- para introduzir critérios sociais e uma degressividade na atribuição de ajudas climáticas para renovações destinadas a aumentar a eficiência energética. É importante evitar que estas ajudas beneficiem apenas as famílias ricas.
- para aumentar o subsídio de renda, de modo a refletir a evolução dos preços das rendas.
- para uma verdadeira ofensiva de criação de habitação pública a preços acessíveis.

Uma política fiscal justa

O momento certo é agora...

- para não prever uma carga fiscal adicional para os trabalhadores, mas, pelo contrário, proceder a reformas fiscais que criem mais equidade e justiça social.
- prever um novo ajustamento da tabela fiscal à evolução dos preços, já que não houve qualquer ajustamento desde 2009. O que equivale a um aumento insidioso dos impostos.
- prever mais justiça fiscal na disposição das tabelas fiscais, reduzindo a carga fiscal sobre os rendimentos baixos e médios, e simultaneamente acrescentar escalões no topo.
- para acabar com as desvantagens para as famílias monoparentais, que são as mais expostas ao risco de pobreza.
- para não prever novos cortes na tributação das empresas, depois de todas as reduções de taxas implementadas nos últimos anos.
- para pôr fim à desigualdade manifesta entre a tributação dos rendimentos do capital e a dos rendimentos do trabalho.

- para tributar as grandes fortunas reintroduzindo um imposto sobre a fortuna ("Rächtumssteuer") e prevendo a tributação em linha direta das grandes heranças.
- para ter um Estado financeiramente forte, capaz de levar a cabo uma política de investimento pró-activa nos serviços públicos, saúde, segurança social, transportes públicos, investigação, educação, proteção ambiental, etc.



Um verdadeiro equilíbrio trabalho-vida

O momento certo é agora...

- para encontrar formas de trabalho que permitam uma melhor conciliação entre a atividade profissional e a vida privada/familiar.
- para votar a favor do projeto de lei de aplicação do acordo nacional entre sindicatos e patronato sobre o respeito do direito à desconexão.
- para alargar o direito à licença social ('congé social'), destinada a cobrir emergências relacionadas com a saúde ou a família do trabalhador, a todos os trabalhadores.
- para introduzir a 6ª semana de férias legais, ou seja, um mínimo de 30 dias anuais de férias.
- para implementar um quadro que permita a negociação de reduções do tempo de trabalho sem perda de remuneração, mas tendo em conta as especificidades de cada empresa.
- para introduzir de forma definitiva e generalizada o sistema "tiers payant" (o paciente paga apenas a parte da fatura médica não reembolsável pela Caixa Nacional de Saúde).
- para defender o sistema de convencionamento obrigatória dos médicos. Este não é o momento de liberalizar as tarifas médicas e criar uma medicina a várias velocidades.
- para melhorar e alargar os serviços de saúde cobertos pela Caixa Nacional de Saúde, por exemplo, psicoterapia, ortodontia, tratamentos oculares, etc.
- para uma reforma global da reclassificação profissional, que resolva de uma vez por todas os numerosos problemas a este nível.
- para um aumento do número de camas e de pessoal nos estabelecimentos hospitalares.

Uma segurança social que funcione bem

O momento certo é agora...

- para evitar qualquer fragilização e questionamento da natureza universal e solidária do nosso sistema de segurança social, que mais uma vez demonstrou o seu papel estabilizador durante a crise sanitária.
- para defender o nosso sistema de pensões e garantir o poder de compra dos reformados. A este respeito, a OGBL exige a anulação das medidas previstas pela reforma de 2013, de modo a evitar qualquer degradação do ajustamento e do prémio de fim de ano.